

Beto Richa já aumentou em mais de 100% a tarifa de água

Em março, a Sanepar anunciou um reajuste na tarifa de água e esgoto de 10,38%. É o segundo aumento no período de um ano. Cálculo feito pela assessoria da bancada de Oposição mostra que, desde a posse do governador Beto Richa (PSDB) no primeiro mandato em 2011, o reajuste acumulado da tarifa de água e esgoto está em 104,6%.

“Enquanto a tarifa de energia elétrica é reduzida pelo governo federal, o governo do Paraná aumenta mais uma vez a conta de água dos paranaenses. Na lógica deste governo, a Sanepar tem que dar lucro de qualquer jeito, mesmo que seja tirando o couro da população”, disse o deputado estadual Tadeu Veneri.

Ele observou que a decisão de Beto Richa (PSDB) em 2011, de aumentar de 25% para 50% os dividendos dos sócios privados da empresa, está encarecendo cada vez mais a água que abastece os paranaenses.

Lucros distribuídos aos acionistas da Sanepar

Ano	R\$ (milhões)
2010	37,2
2011	118,5
2012	158,9
2013	191,2
2014	199,9
2015	204,3
Acumulado no governo Richa*	873,1

*2011, 2012, 2013, 2014 e 2015 (exceto 2010)

Reajustes da Sanepar x Inflação

Ano	Reajuste da tarifa	Inflação (INPC)
2011	16%	6,08%
2012	16%	6,2%
2013	6,9%	5,56%
2014	6,4%	6,23%
2015	21%	11,28%
2016	10,48%	-
Acumulado	104,6%	40,57%

*2011, 2012, 2013, 2014 e 2015 (exceto 2010)

O QUE ESTÁ ACONTECENDO NO BRASIL? UM GOLPE!

O Brasil passa por um dos momentos mais perigosos da nossa jovem democracia. A oposição, em conjunto com setores do empresariado, da mídia e do Judiciário e outras nitidamente de orientação fascista, tenta derrubar a presidente Dilma, desde 2014. Desde então, para atingir esse objetivo, eles paralisaram economicamente o país gerando desemprego e instabilidade política.

Para esta gente, pouco importa se existe alguma motivação real ou imaginária para o afastamento. Por este motivo, cresce o sentimento de boa parte dos brasileiros que existe um movimento golpista, que incentiva a intolerância e o ódio de classe.

Não vimos nos discursos dos deputados golpistas, que ofereceram um

espetáculo de horror à nação durante a votação do impeachment, as justificativas sobre o processo que gerou o pedido. O que se viu foi o ódio de classe e o preconceito contra aqueles que tiveram acesso a políticas públicas, que saíram da miséria, e que mais de 500 anos depois, tiveram reconhecidos seus direitos de cidadão brasileiro.

A população ocupa as ruas para denunciar e barrar o golpe de Cunha e seus seguidores, grande parte deles investigados por corrupção, que tentam tirar do poder a Presidente eleita por 54 milhões de brasileiros e que não tem nenhum processo contra si. Mas a população resiste à tomada do nosso país pela intolerância e o golpismo. Estão sendo criados comitês em defesa da



democracia em universidades, associações, escolas, igrejas, local de trabalho para gritar em alto e bom som: não vai ter golpe, vai ter luta!

Governistas travam criação de CPI para apurar corrupção no Paraná

Os deputados de oposição ao governo do Paraná estão tentando obter as dezoito assinaturas necessárias à instalação de duas CPIs: da Receita Estadual, para investigar o esquema de corrupção que, conforme o Ministério Público Estadual, causou prejuízo de quase R\$ 1 bilhão aos cofres públicos em Londrina e região; e da Quadro Negro, para apurar o desvio de cerca de R\$ 20 milhões destinados a obras de escolas estaduais.

O ministro João Otávio de Noronha,

do Superior Tribunal de Justiça (STJ) autorizou a abertura de inquérito para investigar o envolvimento do governador Beto Richa (PSDB) no esquema de corrupção na Receita. Segundo o principal delator da Operação Publicano, Luiz Antônio de Souza, parte dos recursos desviados abasteceu a campanha eleitoral de Richa em 2014.

Já no caso da Operação Quadro Negro, o escândalo surgiu no ano passado, quando o Ministério Público Estadual denunciou irre-

gularidades em dez contratos firmados entre a Secretaria Estado da Educação e a empresa Valor Construtora e Serviços Ambientais, no período de 2011 e 2014. Conforme as investigações, as obras não foram realizadas, apesar de a empresa ter recebido quase todo o pagamento previsto para o serviço. A Secretaria da Educação emitia relatórios falsos, como se as obras tivessem sido feitas, para que os pagamentos pudessem ser liberados.

Em depoimentos colhidos pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), aponta-se que os recursos teriam sido desviados para as campanhas eleitorais do governador e de deputados da base aliada ao Palácio Iguçu.



Batalha do Centro Cívico! Um ano depois

Neste dia 29 de abril, fez um ano que cerca de duzentos professores e servidores foram feridos por ordem do governo do Paraná quando se mobilizavam pelos seus direitos no Centro Cívico. Até agora, nenhum dos responsáveis pela decisão de atacar os professores com bombas foi punido. Pelo contrário, os inquéritos que apuravam responsabilidades foram arquivados pela Polícia Militar. De acordo com o documento, assinado pelo juiz Davi Pinto de Almeida, os policiais apenas cumpriram com o dever de não permitir que a Assembleia Legislativa fosse invadida pelos manifestantes.

Você sabia que...

... artigo publicado em dezembro pelo Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG), vinculado ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) mostra que os mais ricos do Brasil, os super-ricos, são os que pagam menos impostos?

... a lei brasileira prevê a isenção de lucros e dividendos distribuídos pelas empresas a seus sócios e acionistas?

... os super-ricos do Brasil são aproximadamente 71 mil pessoas (0,05% da população adulta), que ganharam em média, individualmente, R \$4 milhões em 2013?

... Dos 71 mil brasileiros super-ricos, cerca de 50 mil receberam dividendos em 2013 e não pagaram qualquer imposto por eles?

Para onde vão as “sobras” da Assembleia?

O governo do Paraná pagou os benefícios dos aposentados e pensionistas com os recursos devolvidos pela Assembleia Legislativa, no ano passado. A revelação foi feita pelo Secretário da Fazenda, Mauro Ricardo, em resposta a questionamento feito pelo deputado Tadeu Veneri (PT) durante audiência de prestação de contas do governo relativa ao terceiro quadrimestre do ano passado, realizada em fevereiro.

Já o governo, em resposta a requerimento apresentado por Veneri, alegou que não é possível informar quanto recebeu da Assembleia Legislativa nos últimos anos nem onde foram aplicados esses recursos. Tanto a Secretaria da Fazenda quanto a Coordenação de Orçamento justificaram que a receita oriun-

da das devoluções da Alep integra a fonte 147. Como diversas outras receitas compõem a fonte, não há como afirmar que determinado gasto foi feito com recursos da Assembleia.





Imigrantes precisam de políticas permanentes

Fraternidade e preconceito

Entidades da sociedade civil e órgãos públicos estão se organizando para oferecer cursos de língua portuguesa e preparatórios para o Exame Nacional de Ensino Médio para a comunidade de refugiados haitianos, sírios e outros grupos de imigrantes que vivem no Paraná. Este foi um dos resultados da audiência realizada na Assembleia Legislativa, sobre a situação de imigrantes e refugiados no Estado.

A audiência foi promovida pelo presidente da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania, deputado Tadeu Veneri (PT), e pela senadora Gleisi Hoffmann (PT), integrante da Comissão de Direitos Humanos e Participação

Legislativa do Senado. “Nós queremos discutir e implantar políticas permanentes e duradouras de atendimento aos refugiados que procuram no Paraná um lugar seguro para viver”, disse Veneri.

Veneri comentou ainda a ação desrespeitosa de um grupo organizado, que tentou tumultuar a audiência criticando e ofendendo os imigrantes que chegam ao Paraná. “Queremos pedir desculpas mais uma vez pelo ocorrido. Garantimos que aquelas pessoas que aqui estiveram projetando sua infelicidade sobre os imigrantes não representam o pensamento do nosso estado”, disse Veneri.

Cai a taxa de pobreza no Brasil

Relatório elaborado pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) aponta que mais de 2,7 milhões de brasileiros saíram das linhas de pobreza e extrema pobreza em 2014.

A queda contrasta com a situação da maioria dos países da América Latina, onde, entre 2014 e 2015, o número de pessoas em situação de pobreza cresceu de 168 milhões

para 175 milhões, o que representa 29,2% das pessoas. Já o número de pessoas em situação de extrema pobreza passou de 70 para 75 milhões (12,4%).

A eficiência da rede de proteção social que existe no país, os programas de transferência de renda e instrumentos como o seguro-desemprego e bolsa-família ajudaram a reduzir a pobreza extrema no Brasil, informou a Cepal.

A bomba-relógio no sistema penitenciário

O deputado estadual Tadeu Veneri (PT) tem cobrado do governo estadual a contratação dos mais de mil agentes penitenciários aprovados no concurso público realizado em 2013. Veneri defende a ampliação das vagas de agentes no sistema e criticou a intenção do governo de contratar por meio do Processo Seletivo Simplificado (PSS) para trabalhos temporários.

A contratação de agentes PSS é uma solução precária. Mais de mil e duzentos profissionais foram selecionados por concurso e estão aguardando a nomeação.

Seria necessária a contratação de pelo menos mais 1,6 mil agentes para que o Estado atinja a média de um agente para cada cinco presos, conforme determina o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP).



Veneri defende ampliação das vagas

PRESTAÇÃO DE CONTAS - 2016

	Janeiro	Fevereiro	Março
Combustível	731,48	6.291,78	6.164,88
Hospedagem	483,00	150,00	0,00
Material de Escritório	845,00	0,00	585,00
Copa/Cozinha	36,50	88,45	56,60
Telefone	305,07	916,14	666,31
Alimentação	177,41	541,48	855,36
Locação Imóveis	2.670,94	2.982,00	5.964,00
Locação Veículos	-	1.938,00	4.970,00
Informática	1.090,00	1.540,00	1.270,00
Locação Áudio	600,00	600,00	600,00
Periódico/NET	942,00	1.990,14	1.551,93
Taxi/Pedágios	150,70	122,20	307,87
Passagens	0,00	127,17	
Segurança Especializada	0,00	205,00	410,00
Material Limpeza	0,00		24,00
Energia Elétrica/Água Esgoto	0,00	195,37	188,41
Total	8.032,10	17.687,73	23.614,36

Dívida da prefeitura com servidores é de R\$ 117 milhões

A dívida da prefeitura de Curitiba com o Instituto de Previdência do Município de Curitiba (IPMC) já chega a mais de R\$ 117 milhões. Os valores não estão sendo depositados pela Prefeitura de Curitiba desde agosto do ano passado.

Em 2015, a Prefeitura tentou mudar a Lei 12.821/2008, que garante estes repasses, para um novo modelo de financiamento do sistema. Entretanto, a mobilização dos servidores municipais impediu esta alteração. A contribuição da Prefeitura de Curitiba é de 22% sobre o salário do trabalhador, que contribui com 11%. Para a coordenadora-geral do Sismuc, Irene Rodrigues, a dívida é uma responsabilidade da prefeitura. “Não podemos admitir que o dinheiro do IPMC seja subtraído para outras coisas, uma vez que os trabalhadores estão em dia com suas obrigações”, afirma.

A comunicação no Brasil é refém de um grupo de famílias e de políticos

O coordenador executivo do Laboratório de Cultura Digital da UFPR, articulador da #redelivre e fundador do Coletivo Soylocoporti, João Paulo Mehl, explica nesta entrevista por que os meios de comunicação no país não refletem a diversidade da sociedade brasileira. Mehl também aponta os efeitos da concentração da mídia na vida da população.

ParaTodos: Qual é o nível de concentração dos meios de comunicação no país?

João Paulo: No Brasil, menos de dez famílias-empresas possuem as mesmas concessões de rádio e TV há décadas e concentram cerca de 70% da mídia brasileira. Dentre estas, a família Marinho (Rede Globo) possui 38,7% do mercado, o bispo da Igreja Universal Edir Macedo (maior acionista da Rede Record), tem 16,2% e Silvio Santos (SBT) 13,4%, sendo que a família Marinho também é proprietária de emissoras de rádio, jornais e revistas.

Vemos ainda uma concentração regional, onde das 33 redes de TV, 24 são sediadas em São Paulo. Outro dado alarmante, segundo pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo, é de que 271 políticos são ligados direta ou indiretamente a concessões de TV.

ParaTodos: Por que a concentração é considerada uma ameaça à democracia?

João Paulo: O último período ficou muito claro o poder e a influência do oligopólio midiático no curso da própria democracia no Brasil, tendo como exemplo a construção narrativa dos grandes veículos de comunicação dos protestos a favor e contra o impeachment, onde de um lado estavam os brasileiros pacíficos e revoltados contra a corrupção e do outro, simplesmente apoiadores do governo. Onde editoriais de jornais, revistas, TVs e rádios eram uníssonos em defender a derrubada da presidenta eleita, onde basicamente não se via diversidade de posições nos analistas políticos.

Existem outros tantos exemplos na história que retratam a influência da mídia na democracia brasileira, do apoio da Globo



João Paulo é ativista da cultura digital e militante das causas populares

ao golpe militar de 1964 à manipulação da eleição de 89, da seletividade nas apurações de processos de corrupção à sistemática criminalização dos movimentos sociais. E visualizando este cenário, percebemos que, para construir um país mais democrático, desenvolvido e socialmente justo é urgente que todos os brasileiros tenham direito à comunicação, e isto significa ampliar a liberdade de expressão e assegurar diversidade e pluralidade nos meios de comunicação.

João Paulo: Então, por que as propostas de regulação da mídia são acusadas de censura?

É exatamente o contrário. São os processos regulatórios e as políticas públicas que permitem que possa ser garantida a igualdade na condição de exercício da liberdade de expressão e se preserve o direito à informação. Diversos países no mundo, como Estados Unidos, Inglaterra, Portugal e França, possuem este tipo de mecanismo há mais de 80 anos, sendo que nenhum

destes países possui qualquer prerrogativa de censura. A regulação vem no sentido de acompanhar o mercado e o sistema público para garantir o interesse público. O que esses países reconhecem é que a autorregulação, que os grandes meios defendem aqui no Brasil, não nos dão garantia de diversidade e pluralidade nem preserva a ampla liberdade de expressão.

ParaTodos: Por que é necessário estabelecer uma regulação para o setor de mídia?

João Paulo: O Brasil já tem várias leis que afetam a comunicação, mas a principal delas é de 1962 e não tem mecanismos de garantia do pluralismo e da diversidade. O que precisamos é justamente de uma lei que substitua as várias existentes e venha garantir princípios e mecanismos de regulação que não estão contemplados nas leis atuais. Por isto é urgente a regulação do setor, de modo que ela impeça a concentração de poder nas mãos de poucos e permita que as diversas posições políticas tenham voz e que se garanta ampla pluralidade e diversidade cultural e regional.

ParaTodos: O que é o direito à comunicação?

João Paulo: O direito à comunicação parte do entendimento de que a liberdade de expressão não pode ser tratada como o direito de "não interferência", mas precisa estar vinculado à garantia de que a população em geral tenha condições isonômicas de produzir, distribuir e acessar informações e cultura. Resumindo, o direito à comunicação reúne a liberdade de expressão e o direito à informação. Enquanto houver barreiras para que se produza, distribua ou acesse a informação, o Estado tem a obrigação de implementar políticas públicas para garantir este direito.

Para conhecer a plataforma com os vinte pontos para a democratização da comunicação no Brasil acesse este site: <http://www.paraexpressaraliberdade.org.br/20-pontos-para-democratizar-a-comunicacao-no-brasil/>

Informativo do Mandato do Deputado Estadual Tadeu Veneri

Nossa Senhora da Salete, s/nº - 8º Andar - gabinete 804

Curitiba - Paraná - CEP 80530-911 | **Telefone:** (41) 3350-4094

Página: www.tadeuveneri.com.br | **E-mail:** tadeuveneri@terra.com.br

Twitter: twitter.com/tadeuveneri | **Funpage:** facebook.com/tadeuveneri

